



Medalha comemorativa do 80º aniversário de Pedro Calmon (1982)
Homenagem da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia
Portuguesa da História.

Elogio a Pedro Calmon

JOSUÉ MONTELLO

Entre os títulos de que se desvanecia Pedro Calmon, eu gostaria de destacar, para início deste discurso, o da sua condição de presidente do Instituto de Estudos Portugueses, no Liceu Literário Português, no Rio de Janeiro, desde 1947.

Seguindo o exemplo de seu mestre e amigo Afrânio Peixoto, que ali comparecia, todas as segundas-feiras, pelo fim da tarde, a fim de presidir a um ato estritamente intelectual, ligado à cultura histórica ou literária, Mestre Calmon soube servir, apostolicamente, o seu pendor para identificar no passado a ponta extrema do presente, no plano da cultura de língua portuguesa.

Enquanto, lá fora, no tumulto natural da cidade, misturavam-se os ruídos da rua, cá no alto, no vasto salão de linhas manuelinas, sob a presidência de Pedro Calmon, estudava-se um livro, um autor, uma efeméride, um feito, uma obra, um herói, uma figura exemplar, no tom compreensivo e superior que faz da pesquisa histórica uma comunhão cívica.

Josué Montello sucedeu a Pedro Calmon, como acadêmico de número, na Cadeira nº 39 da Academia Portuguesa da História. Este é o texto de seu discurso de posse, proferido em sessão solene realizada em 4 de abril de 1986, na sede da instituição, em Lisboa.

Habitualmente, os cursos ali realizados eram cobertos por uma aula magna de seu Presidente. O grande orador, mestre do saber histórico, senhor da palavra fluente e impecável, tinha sempre na ponta da língua a palavra exata e a novidade expositiva, a que associava, por seu feitio e pendor, um certo comprazimento na lição que proferia. Sentia-se no professor exemplar o tribuno inexcedível. Tribuno que trazia a palavra diretamente identificada com as suas convicções e os seus princípios.

Uma oração de Pedro Calmon era mais do que uma oração – era uma festa. Porque era em pleno júbilo que ele se situava à medida que improvisava o seu discurso. E mais: associava a esse júbilo o seu auditório. Todos nós, que o ouvíamos, éramos seus convivas, com as nossas emoções, com os nossos aplausos.

Agora, um reparo complementar, no que concerne ao Instituto de Estudos Portugueses. Calmon não se limitava a falar na primeira aula de cada novo curso. Não. Falava em todas as aulas. Ou seja: a cada segunda-feira, nova oração de Pedro Calmon, comentando a aula que acabava de ser ministrada.

Nesse ponto, seguia ele, com impulso próprio, o exemplo de Afrânio Peixoto. Nós, que ouvimos um e outro, podemos dizer aqui o que o individualizava. Ambos profundamente identificados com a história e a cultura de Portugal. Mas seguindo o seu próprio estilo. Estou a recordar-me de Afrânio – baixo, cabelo repartido ao meio, a mão canhota compondo a mímica da frase. Era um grande orador – sem eloquência. Ou melhor: a sua eloquência era a própria exposição, na graça e na singularidade com que concatenava, improvisando. Ao contrário de Calmon, que fremia e se exaltava, sobretudo no fecho magistral de seu discurso, Afrânio Peixoto dava à oração o tom da conversa. E era nesse tom que dominava a sala. Não subia a voz – criava o silêncio. E discorria – palestrando.

Certa vez, exatamente no Instituto de Estudos Portugueses, saiu-se com esta definição de governo, àquele tempo: “É uma instituição destinada a criar postos e impostos – os impostos para pagar os postos.”

Enquanto Afrânio era o mestre na sala de aula, Calmon propendia para o espaço amplo que faz do orador o intérprete da multidão. Sua voz crescia – vibrando.

A circunstância de terem ambos nascido na Bahia, primeira terra do Novo Continente em que aportaram os portugueses, como que os tornou mais próximos de Portugal, desde as origens. Num e noutra, harmoniosamente, a mesma compreensão, o mesmo carinho, o mesmo entusiasmo por vossas glórias, por vossos feitos, por vossas conquistas, sem prejuízo da genuinidade brasileira do mestre dos *Ensaios camonianos* e do mestre da *História da fundação da Bahia*.

Afrânio se debruça sobre a obra do Padre Antônio Vieira e dela extrai os dois volumes que publica em Lisboa, de colaboração com seu coestaduanu Constâncio Alves, *Vieira brasileiro*. Calmon, por sua vez, repassa os mesmos textos, e deles nos traz, em 1938, uma antologia de sermões comentados, *Por Brasil e Portugal*.

Ao lado dos *Ensaios camonianos*, de Afrânio, podemos colocar *O Estado e o Direito n'Os Lusíadas*, de Pedro Calmon.

Quem não guardou na memória a elocução de Afrânio Peixoto, com seu extraordinário poder de dizer o que não dizia, graças ao gesto, ao olhar, à inflexão da voz, dificilmente poderá comprazer-se na leitura de seus textos. Afrânio, escrito, reclama a presença de Afrânio, falado. Esse o segredo de seu estilo. A explicação de sua mitigada glória póstuma, incompatível com seu imenso valor.

Outro que está presente no que escreveu: Pedro Calmon. Ele, nos seus estudos, lia em silêncio; nunca em voz alta. Certa vez, na Academia Brasileira, tendo de ler pelo autor o discurso de posse de nosso confrade Fernando de Azevedo, como que perdeu a voz vibrante, o poder de comunicação jovial. Ao descer da tribuna, sentando-se ao meu lado, sussurrou-me:

– Ou o Fernando de Azevedo escreve mal, ou sou eu que não me dou bem com o texto alheio.

Era isso. Era preciso que o texto fosse realmente seu para que Calmon encontrasse o seu ritmo, o seu júbilo, os vários tons de sua voz maravilhosa. Por

nosso lado, temos de recompor-lhe a eloquência, como se nos falasse da tribuna, para ir buscar os segredos de seus períodos longos, ou de suas aparentes hesitações. Hoje, com o livro falado, Calmon estaria pisando o seu chão mais seguro. Mas a verdade é que, a despeito de não se transferir totalmente para seus livros, porque neles falta o tribuno para acompanhar o escritor, Calmon é um dos mestres da língua portuguesa.

Em Portugal, como sabeis, há duas linhagens de escritores: quem não vem de Garrett, vem de Alexandre Herculano. Dois estilos. Dois modos de criar a página literária.

Calmon, se aqui houvesse nascido, estaria na linhagem de Herculano. Ou seja: a do prosador opulento, que nos dá uma dimensão a mais de seu texto quando elevamos a voz para recriá-lo no silêncio de nosso recanto de leitura.

Agora, indaguemos: ante os vários caminhos que a História proporciona aos historiadores, ora relato, ora anedota, ora nominata, ora visão parcial ou global de uma época, ora reflexão sociológica ou filosófica, ora teoria, ora o acontecimento em estado puro, por qual deles optou Pedro Calmon?

A indagação é necessária. Mais do que necessária – imprescindível. E para esta resposta evidente: optou pela história factual, aquela que busca os vários caminhos da pesquisa para tentar defrontar-se com a verdade histórica. Toda a obra de Pedro Calmon tem de ser julgada à luz de sua opção como historiador.

A opção é o código do escritor. Ele escolhe a sua maneira de ser literariamente, e é por essa maneira de ser que tem de ser julgado. Se não fizermos isso, somente serão grandes escritores, para nosso gosto pessoal, aqueles que se ajustarem à nossa maneira de ser, escrevendo. Levando em conta o código de cada um, veremos imediatamente que podemos aplaudir aqueles que não são nossos semelhantes, no plano da opção cultural.

Calmon nos legou, não um livro, não uma página, não uma monografia. Deixou-nos uma obra. E uma obra que está marcada por sua coerência factual, do começo ao fim de sua nobre vida. Digo fim, mas digo mal: porque Calmon, tendo ultrapassado os oitenta anos, continuou a trabalhar até o momento em que Deus reclamou o seu descanso. Por isso, depois de mor-

to, ainda continuou publicando livros, e livros que deixara prontos, já na tinta da impressão.

A biografia de Calmon é uma caminhada triunfal. Do começo ao fim. A parábola de sua aventura humana fecha-se de modo harmonioso. Sem que o traço dessa mesma aventura se desvie de sua forma geométrica. É desenho de mão segura e firme, com o senso estético da linha que descreve o seu caminho.

Quando Mestre Calmon completou oitenta anos, tive oportunidade de emocioná-lo com um pequeno reparo. Depois de recordar muitos de seus triunfos, subitamente afirmei que, naquele momento, Deus estava a promovê-lo, não por merecimento, mas por antiguidade.

Senti que seus olhos se umedeciam.

A qualquer hora, a qualquer momento, estivesse onde estivesse, bastava que lhe dessem a palavra, e ele tinha o que dizer. Vimos isso na Academia, todas as tardes de quinta-feira. Vimos isso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que ele foi o Presidente Perpétuo. Vimos isso na Universidade do Brasil, de que foi Reitor. Vimos isso aqui, em Moçambique, em Angola, no México, na Argentina, na Venezuela.

A palavra, para esse mestre brasileiro, não era aquele bater da língua na abóbada palatina, a que se referia Villiers de l'Isle-Adam, num dos seus *Contes cruels*. Era o som ao serviço do pensamento claro. Claro e efusivo. Efusivo e vibrante. Como lastro do saber adequado. Sem hesitar num nome, numa data.

Assisti ao seu concurso para catedrático do Colégio Pedro II, já de vida realizada, como reitor, como ministro de Estado, como presidente da Academia, como doutor por Coimbra, como catedrático da Universidade de São Marcos. O Colégio Pedro II havia representado um papel histórico no ensino das Humanidades no Brasil. Ao seu corpo docente tinham pertencido Coelho Neto, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Carlos de Laet, Said Ali, José Veríssimo, Sílvio Romero. Faltava a Calmon essa glória. Foi buscá-la, submetendo-se à argüição ao oral, ao exame de sua prova escrita, à apreciação de seus títulos. Como se estivesse subindo a encosta, e não lá no alto, depois de hasteada a bandeira da escalada.

Ora, lá em baixo, na rua, ao pé da janela da Sala da Congregação em que se realizava a prova oral de Calmon, um bêbado se pusera a dizer palavrões. Outro examinando se perturbaria. Calmon, não: subiu o tom da voz, abafando a voz do bêbado, e dando mais vida, mais calor, mais vivacidade à sua defesa de tese. O tribuno salvou o professor. O mestre da palavra superpôs-se ao intruso da rua, e recolheu de imediato as palmas merecidas.

Esse o Calmon de minhas melhores saudades.

Agora, reflitamos: qual seria a presença de Portugal na obra de Calmon? Não vos falo da língua comum, que ele escrevia com a elegância e a correção dos clássicos portugueses, sem deixar de amalgamá-la ao modo de ser brasileiro. Falo da cultura portuguesa, da história portuguesa, das glórias portuguesas, da aventura portuguesa no mundo, da sapiência portuguesa.

É fácil responder: Portugal está presente em toda a vasta obra de Pedro Calmon. Do primeiro livro ao derradeiro. Nos livros de História como nos livros de Direito. Nos discursos acadêmicos como nas orações universitárias.

Nos livros de Direito, lá estão as Ordenações afonsinas, manuelinas e filipinas. Estão os mestres do Direito Português. Os seus códigos. Os seus tratados. Lidos e anotados. Anotados e aproveitados. Sem recorrer ao fichário nem ao caderno de apontamentos. Todo o saber entregue à memória feliz, que não errava o nome dos reis e trazia na ponta da língua os nobiliários e as nominatas.

Embora identificasse a formação da nacionalidade brasileira nos séculos da Colonização, por força do instinto de liberdade que fez de Portugal uma nação autônoma, com o rigor e o sentido de sua autonomia, Calmon jamais dissociou esse instinto brasileiro dos valores fundamentais do orgulho e da sensibilidade de Portugal. Quisemos ser o que somos, com o impulso de nossa Independência, porque a lição da independência também nos foi transmitida por Portugal. O Portugal ibérico, que escancarou os mares e foi semear nações nas quatro partidas do mundo. Com a sua língua. Os seus usos e costumes. O seu rigor administrativo. A sua ternura. O seu pendor heróico. Portanto: nada mais português do que a nossa autonomia. Na hora própria. Como o

filho que levanta a casa defronte do velho solar de seu pai, e ali vive, e ali trabalha, e ali continua a se multiplicar, com o mesmo gosto da liberdade.

Meus amigos portugueses:

Sinceramente, não sei como vos agradeça a oportunidade e o privilégio deste discurso. Com ele recolho a sucessão de Pedro Calmon nesta Academia. Consciente do que esta tarde significa na minha vida de escritor, ousou dizer que Pedro Calmon aprovaria fosse transferido para mim, nesta hora, este quinhão de glória. Não pelo mérito do meu suposto saber. E sim pelo mérito das afinidades de espírito e sensibilidade, que nos irmanava. Diante da vida, reagíamos de modo idêntico. Esse o segredo da amizade firme, e sem jaça, que nos aproximou por mais de quarenta anos. Sobem às centenas as cartas que trocamos. Todos os dias nos telefonávamos. Sua casa era a minha casa. Minha casa – a sua casa. Ele quis que eu me sentasse ao seu lado na Academia Brasileira e no Instituto Histórico. Eu quis que ele compartisse comigo a direção do Conselho Federal de Cultura quando lhe assumi a presidência. Na hora em que ele concluiu a sua missão como Ministro de Estado da Educação e Saúde, no governo do Presidente Eurico Dutra, fui eu que agradei os seus altos serviços, em nome do Ministério.

Entretanto, depois que o silêncio final desabou sobre o velho e admirado amigo, quem disse que eu podia falar? Não, não pude. Só me pude exprimir, dias depois, na minha coluna do *Jornal do Brasil*. Permitted que eu releia essa página de ontem, nos seus trechos mais significativos, como fecho desta oração.

Vamos ver se consigo dizer em voz alta o que disse por escrito, no esforço para guardar a emoção do meu pranto. Assim:

“O que mais pungiu, na última visita a Pedro Calmon, ainda na casa da Rua Santa Clara, foi o silêncio em que ele se retraía, sentado numa poltrona, olhando a luz da tarde que entrava pela janela.

Tentando reanimá-lo, andei a repassar lembranças comuns, e tudo quanto pude obter do velho amigo e companheiro foi um gesto vago, afastando as mãos muito brancas, como se a enunciação da palavra estivesse acima de suas forças. Tive de redobrar de esforços para que ele não surpreendesse a emoção dos meus olhos consternados.

Depois, veio mesmo o silêncio. O grande silêncio. Com a imobilidade do corpo entre os tocheiros e a consternação dos amigos em redor de sua figura lívida.

No entanto, para quem teve o privilégio de seu convívio afetoso, Calmon era sempre o companheiro vivaz, de palavra pronta realmente incomparável. Falava por um dom da natureza. E não apenas para nos distrair com a sua fluência, sobretudo para nos encantar com a originalidade e a eloquência de seu verbo.

Certa vez, na Academia Brasileira, subiu ele à tribuna, para proferir uma conferência, às 17 horas, enquanto se formava outro público, no salão nobre do PEN Clube, para ouvi-lo, sobre outro tema, uma hora depois.

Às 17 e 55, aplaudido de pé, Calmon concluiu a sua primeira palestra, sobre Gregório de Matos. Por entre aplausos, encaminhou-se para a porta, e tomou depressa o carro que o aguardava à calçada da Academia.

Volidos oito minutos, ei-lo na tribuna do PEN Clube, ágil, descansado e sorridente, para iniciar a outra conferência. Durante uma hora, discorreu sobre a Revolução Francesa, como se houvesse fechado, na sua cabeça privilegiada, a comporta que lhe permitira exibir-se momentos antes sobre a vida e a obra do grande poeta satírico, êmulo de Quevedo.

Para os modernos historiadores brasileiros, a obra de Calmon não corresponderia à visão nova da História, mais filosofia da História que História factual. Entretanto, como já acentuei, convém julgá-lo por seu campo de trabalho. Aquele que representou a opção de Calmon. Ou seja: a história dos reis, meticulosamente esmiuçada e revista. Nesse campo, ninguém o superou.

Calmon não se limitava a compor seus grandes livros nessa direção. Trazia os fatos, os nomes e as datas na ponta da língua. Por isso mesmo, o que deixou escrito, como resultado de seus estudos e pesquisas, há de ser perenemente consultado, visto que, ali, não está a explicação da História, está o conjunto de acontecimentos capitais que fundamentam a História do Brasil, à luz de critérios tradicionais.

Aos 80 anos, quando quase toda a gente fica à janela para ver a vida alheia passar, Pedro Calmon continuava escrevendo e estudando. A edição crítica de

Jaboatão, com cerca de 800 páginas, é um testemunho a mais de sua operosidade indormida, assim como a edição pela Livraria José Olympio do livro de memórias de Nogueira da Gama, anotado e prefaciado pelo saudoso companheiro.

Eu estava ao lado de Calmon, em Portugal, defronte da igreja da Graça, em Santarém, quando ali foi inaugurada, por ocasião das festas cabralinas, a respectiva Estela comemorativa, mandada fazer pelo Brasil. O Ministro Franco Nogueira leu a inscrição da pedra. E apontando um trecho dessa inscrição, que não lhe soava bem:

– Acha que está certo, Dr. Calmon?

Calmon reconheceu prontamente o erro pequenino, e replicou:

– Agora, Ministro, é lapidar.

Quem conviveu com Pedro Calmon testemunhou sucessivas réplicas como esta. Autênticas fulgurações de espírito, sem nada de premeditado.

Já no quarto da Casa de Saúde, ao dar a volta precavida que premune as embolias, Calmon se pôs a dizer alguma coisa que levou o enfermeiro a lhe observar:

– Doutor, o médico proibiu o senhor de falar. Fique calado.

E Calmon, reunindo as forças que ainda lhe restavam:

– Não estou pedindo a palavra. Estou pedindo água.

Olho a fileira de seus livros. Mais de setenta. Compactos, repletos de saber. Cerro os olhos, para lhe repassar a vida vitoriosa. Só encontro triunfos. Triunfos tocados por um vivo sentido patriótico, sem uma falha, sem qualquer desalento.

Tento afastar de mim a idéia de que o perdemos para sempre. E some consolo com as saudades que dele me ficaram. Deus me deu o prêmio de seu convívio. O mais largo estirão da viagem eu o percorri ao seu lado. Fraternalmente.”

Desculpem, se ainda agora, neste momento, estou com os olhos molhados.



Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Salvador, BA, 23/12/1902
Rio de Janeiro, RJ, 16/06/1985

Centenário de Pedro Calmon

JOÃO DE SCANTIMBURGO

Todos os historiadores de vocação, como foi Pedro Calmon, têm compromisso com a verdade. O historiador não deve nunca ser um simples repetidor de pesquisas de outros, como há tantos, sobretudo nos compêndios do ensino de Primeiro e Segundo Graus. A vocação do historiador se expressa no exame de documentos, os palimpsestos, os velhos papéis contando a história de uma família, de uma nação, de uma plêiade de homens e mulheres que se fixaram para sempre nas páginas dessa mestra que é a História. Fora dessa ambientação, o historiador é um simples copiador de trabalhos alheios e não merece consideração.

Quem compulsa, por exemplo, a *História geral das bandeiras paulistas*, de Afonso de Taunay, vê-se diante de um quadro incomparável de heroísmo, de amor à terra, de fidelidade ao rei e à sua Casa, da nação que está sendo edificada para o futuro. Não conheço, mesmo, romance mais emocionante do que a leitura dessas páginas verdadeiras, que se nos afiguram histórias quase inverossímeis, tamanha a atmo-

Conferência proferida na ABL, em 27/8/2002, abrindo o ciclo em homenagem a Pedro Calmon. O Acadêmico João de Scantimburgo é jornalista, ensaísta, historiador, autor do *Tratado geral do Brasil*, *Introdução à filosofia de Maurice Blondel*, *No limiar de novo humanismo*.

fera de irrealismo que escapa de tantos feitos heróicos dos homens que entraram pelo sertão, e, com denodo, coragem, abstinência, renúncia dos prazeres da vida, obsessão sobre um objetivo a alcançar, concorreram para fazer do Brasil uma das maiores nações territoriais do mundo, e já na pista de uma colocação extraordinária, a de companheira dos grandes deste mundo.

Do mesmo autor, a *História do café*, em quinze volumes, nos dá a saga dessa planta que foi introduzida no Brasil pelo alferes Francisco de Mello Palheta, em 1727, e, cultivada primeiro no Pará, descreveu um caprichoso roteiro para o Sul do país, e brindou ao Rio de Janeiro fluminense e a São Paulo a fabulosa riqueza que os desenvolveu até se imporem como verdadeiras nações, pelo brilho da civilização e da cultura, e se destacaram das demais províncias da terra brasileira.

Se Palheta deu ao Brasil, graças à sua astúcia, uma riqueza fora do padrão comum, as grandes figuras do bandeirismo se tornaram legendárias para quem as estudou, quem conheceu sua vida, quem os acompanhou no seu périplo de conquistadores de terras, de fundadores de cidades, de caçadores de riquezas. Antônio Raposo Tavares, Fernão Dias Paes, Manuel Preto, Bartolomeu Bueno, e tantos outros, em três séculos, do início da empresa até os Tratados de Madri e Santo Ildefonso serem assinados, não repousaram enquanto não viram a terra brasileira, expressão sul-americana da metrópole portuguesa, perfeitamente garantida como uma nação em franca formação, e já dotada de uma personalidade que, em 1822, iria tornar-se independente, graças à compreensão de um príncipe. Ele também ardoroso patriota, destemido cavaleiro, corajoso batalhador pelo país que o acolheu e lhe deu os melhores anos de sua fulgurante juventude. Estendeu o surto de patriotismo que empolgou todo o país nos dias que antecederam à Independência.

O grito do Ipiranga não foi, portanto, um brado espontâneo, sem raízes nos sentimentos de Dom Pedro I, português, embora já amasse a nova terra, que deu-lhe o que ela desejava, a liberdade, com um governo assentado sobre as mais perfeitas instituições até então preparadas para um povo, na América Latina, continente que estava se levantando contra o domínio espanhol, do Mé-

xico à Argentina, no Atlântico, e do Chile, no Pacífico, aos demais países da mesma longitude.

Se ficarmos na Independência, como um marco, teremos também Varnhagen, um dos maiores historiadores do Brasil, com a sua *História*, ainda hoje um dos clássicos dos estudos históricos, ao qual recorrem todos os estudiosos do passado brasileiro, embora sejam poucos e destituídos dos sentimentos patrióticos de seus avoengos ou dos imigrantes que escolheram a nossa terra, para recomeçarem a vida em outras circunstâncias, como não as tinham na metrópole, fosse ela qual fosse, na Europa.

Foi quando se destacaram alguns líderes, ou guias, ou caudilhos que fizeram a Independência, sobre os quais longamente discorreu e dissertou, na sua vida de historiador, o notável Pedro Calmon, com sua verve e o brilho de sua palavra.

Seria longo expor aqui todos os grandes historiadores, pois nesta conferência vamos tratar expressamente de Pedro Calmon, um dos fidalgos da República. Em épocas remotas, seria o rico homem que, como o Trutesindo, avô de Gonçalo Mendes Ramires, preferia ficar mal com o reino e com o rei, mas bem consigo mesmo e com a honra. Era da época da cavalaria, a verdadeira, a que não havia ainda entrado em decadência, como a que fez de Cervantes um dos autores mais agradáveis de se ler, pois o *Dom Quixote* é, nada mais nada menos, do que uma caricatura, bem escrita, admiravelmente bem desenvolvida.

Pedro Calmon viveu, desde a sua juventude, entregue a estudos sobre o Brasil. Vasta é sua bibliografia, mas o ilustre baiano da Casa da Torre foi, antes de mais nada, um historiador que, com sua fabulosa memória, sabia praticamente de cor a História do Brasil e suas conexões com a América do Norte e com a Europa e, mais recentemente, o Japão.

Calmon mergulhou no tempo, esse mistério que podemos quase apalpar, mas, como diz Santo Agostinho, não sabemos definir. Calmon tomou o espaço brasileiro aos seus cuidados, e nele fez transitar o tempo, para nos dar os retratos admiráveis de Dom João VI, Dom Pedro I, Dom Pedro II, e sua estupenda *História do Brasil*, em sete volumes, fartamente ilustrados e com

abundância tal de notas de pé de página, que só elas dariam outros sete volumes aos estudiosos, que se dispensam de pesquisas ao lerem a juntada de Calmon para sustentar os seus argumentos, a sua dissertação, e sua forma de tratar o Brasil, um de seus amores, dos maiores de que tenho notícia.

A História é o tempo descrito, ano após ano. Não parará nunca, como quis Hegel e o difundiu Kojeve. Ao contrário. A História está em perpétuo movimento, como quiseram, sempre, os historiadores do estofado de Vico, ou, mais distante, Suetônio e Flavius Joseph, ou nos nossos dias, opulentamente, Toynbee, com seus doze volumes, e um de oferta, com o resumo de toda a sua História.

O Tempo encerra a História em seus refolhos. Força incomensurável, o Tempo, nada o detém, nada se lhe opõe. Cada um de nós, Pedro Calmon no meio de todos os historiadores ou não historiadores, sabe que o Tempo não parará nunca, senão no dia do Juízo Final, quando seremos chamados a prestar contas de nossos atos, sem nos refugiarmos na hipocrisia de repetições intermináveis dos mesmos pecados, que nos consomem, não raro, irremediavelmente.

O tempo é a História ou a História é o tempo, o que dá no mesmo. Com suas amarguras, as suas lutas, os embates dos povos, a ganância dos dirigentes políticos, as revoluções que malogram rotundamente, como ocorreu com a soviética, a hitlerista e a fascista. Outras revoluções, de menor extensão e maior tomo, acabam por trazer à vida dos povos o tempo de menos crise. Não temos exemplo, em nossos dias, os mais perturbados da História, mas se nos fixarmos nalguns países, veremos que eles padecem da febre política, que os enterra ou se desvia do rumo certo para o bem-estar dos povos que lhe devotam amor à bandeira, ao hino nacional, à sagrada inviolabilidade de seu solo por forças estrangeiras, quando se trata de guerras.

Pedro Calmon discorria sobre esses problemas com uma tal naturalidade que ficávamos praticamente espantados. Como pudera caber na sua cabeça, com tanta exatidão, os fatos, os acontecimentos, os dados numéricos e outros, que os arquivos conservam para consulta e difusão? Está aí um mistério da na-

tureza humana. Pedro Calmon tinha a vocação da História, e com essa qualidade a adorar-lhe a personalidade aprendeu tudo o que era possível aprender da grande pedagoga, ou tudo quanto pudesse extrair-se do espaço abismal que guarda as aventuras dos homens pela face da Terra, tantas vezes sem compreender-lhes o sentido.

Sabia Pedro Calmon, por ser um homem de fé, e fé profunda, que um Deus misericordioso mas punitivo criou a Terra e tudo o que nela se contém, que, ao contrário do que diz a filosofia de Pitágoras, o mundo terá fim, como teve começo, segundo vem no Gênesis, que um pequeno povo, de milhares de anos, guardou para trazer até nós o relato da Criação e o anúncio dos profetas, embora, como vem em Isaías, os caminhos de Deus não são os nossos caminhos, nem os Seus pensamentos são os nossos pensamentos. Pedro Calmon discursou certa vez, na inauguração da pedra fundamental de um colégio de padres, no Morumbi, em São Paulo, sobre a soberania de Deus e o fez com tal unção, que até velhos padres, já calejados pelo ofício de tanto dar o sacramento da extrema-unção, como se dizia na época, acabaram por terem os secos olhos molhados de lágrimas. Mas Pedro Calmon falou num Deus que iria acolher todos os pecadores e julgar como devia um Pai bondoso, com severidade, mas com o perdão próximo. Não defendeu o inferno, como Dante, nem o purgatório, como o florentino, mas o Paraíso, onde se encontra a Virgem Mãe, filha de seu Filho, como diz belamente o extraordinário poeta que foi o visionário das margens do rio Arno.

Pedro Calmon empolgou o auditório, como empolgava todos os auditórios aos quais falou, pois se um dom ele possuía, esse dom era o do orador que dominava a palavra, com propriedade e beleza, como poucos houve até hoje no Brasil, tanto na oratória sacra quanto na leiga. Pedro Calmon nos permite ficar em alguns de seus livros, direi os principais, embora todos sejam principais, se me permitem assim me expressar.

A História do Brasil em sete volumes toma o nascimento da nacionalidade nos seus dias aurorais e o leva até bem pouco tempo atrás. Minuciosamente, fundado em bibliografia que nenhum outro historiador reuniu para dar solidez à

sua obra, percorremos os sete e não encontramos o volume de citações que Calmon juntou.

Quando escrevi a *História do liberalismo no Brasil* socorri-me de Calmon e suas notas. Fui às fontes e não perdi meu tempo com procuras inúteis, pois o douto historiador já havia trabalhado para mim. No estudo que estou realizando sobre o Conselho de Estado, de par com outros historiadores, tenho os de Pedro Calmon, esparsos por sua obra gigantesca, e me defendo para demonstrar que Dom Pedro II governava colegiadamente, isto é, amparado num colégio de colaboradores, os conselheiros de Estado, enquanto os presidentes da República, sejam ou não bem dotados, em geral são mal dotados, governam pessoalmente, errando contra os interesses da nação.

Também num estudo que faço, da existência no regime impropriamente denominado colonial, por influência do colonialismo europeu do século XIX, demonstrei, graças às notas de Calmon, que o Brasil teve as corporações de ofício, de muitos séculos em Portugal, onde predominavam os três Estados, que o Juramento do Jeu de Paumme destruiu para acarretar ao povo francês e aos povos que o seguiram os maiores sofrimentos, ainda não curados até hoje, como temos exemplo em dois países, o Brasil e a Argentina, embora com gradações diferentes.

Foi em Calmon que descobri as fontes e as trasladei para o meu livro, citando-o, evidentemente, como era e é de meu dever fazê-lo. Todo o Império, da Maioridade à queda, sem nenhum motivo histórico – senão o capricho pueril de alguns homens pouco dotados de qualidades intelectuais, salvo Rui Barbosa, republicano do dia seguinte, nas suas próprias palavras – todo o formidável edifício político administrativo que os homens do Império criaram está presente nos volumes da *História* de Pedro Calmon, que, de contrapeso, nos oferece uma leitura de romance de aventura, tão sedutora é a sua prosa e o seu estilo literário.

Ao transcorrer o centenário de Dom Pedro II, Calmon dedicou ao monarca e seu governo cinco grossos volumes, que se podem colocar, com os de Heitor Lyra, no que de melhor se escreveu sobre o grande monarca, que foi um dos

maiores chefes de Estado do século XIX, que deu ao Brasil a única democracia do continente, democracia que iria soçobrar logo no dia 15 de novembro e nos anos subseqüentes, com Floriano Peixoto, com as revoltas, a crise pandêmica que assolava a nação e fazia da sociedade brasileira uma instituição maculada pelos desencontros de opiniões, de ambições partidárias, de aventuras com o patrimônio nacional e outros malefícios, que Rui Barbosa zurziu, sem piedade, com o seu verbo de fogo, no prefácio da *Queda do Império*, escrito em 1921, quando a Republica já estava consolidada nas mãos de uma oligarquia que seria varrida do poder em 1930, a fim de que outra oligarquia, a dos homens de 1.000, de que fala Oliveira Vianna, lhe tomasse o lugar, que iria ser ocupado, depois de alguns poucos anos, por um ditador que ficou oito anos no poder, fiel aos ensinamentos filosóficos que recebera na juventude e no modelo de Constituição que tinha toda a aparência de ser o mesmo de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, os dois fanáticos do positivismo.

Todas as figuras do Império estão nas páginas da *História do Brasil* de Calmon, como, depois do 15 de Novembro, todas as figuras que dominaram os governos – nacional, estaduais e municipais –, desatentos à instituição por excelência de um regime orgânico, no qual os nascidos no Brasil tenham oportunidades de viver com dignidade; em outras palavras, não serem réprobos no ostracismo da miséria ou da pobreza envergonhada. A biografia de Dom Pedro II é, sem favor, magistral, não só pela massa de informações reunidas em suas páginas, como pelos fundamentos com que tratou a maior figura de estadista das Américas esse autor de tantas obras-primas. Dom Pedro II foi preparado, por sua educação, embora imperfeita, num tempo no qual predominavam excessos de catecismo, de doutrina religiosa, mais do que as necessidades dos governados.

Mas, com sua inteligência e seu amor ao Brasil, mostrou-o Calmon, Dom Pedro II superou suas desvantagens, suas limitações, e deu ao mundo – como se constatará quando o mundo intelectual puder estudar como funcionou o Império do Brasil – o exemplo de um Estado admirável, malgrado as imperfeições da terra, da pobreza em que nos encontrávamos, as receitas limitadas para

atender a tantos compromissos da despesa de obrigações do Estado. Li duas vezes, do começo ao fim, página por página, anotando o que me interessava fazê-lo, a *História de Dom Pedro II*, como li também a de Heitor Lyra, que é admirável, nada ficando a dever ao seu colega de estudos históricos, e provavelmente amigos.

O livro *O rei do Brasil: vida de D. João VI* não tem as dimensões do que nos deu Oliveira Lima, mas diz tudo o que precisamos saber sobre o trabalho de D. João VI, como príncipe regente, durante o afastamento de sua mãe, abalada mentalmente pelos terríveis acontecimentos que lhe chegavam da França, onde a Revolução, que deveria ser redentora, acabou sendo criminosa, com a inauguração do Terror na política, esse Terror que passou a ser um dos instrumentos dos governos tirânicos, como os totalitarismos do século XX, e de outros governos não de todo totalitários, mas autoritários, como alguns da América Latina e da Ásia, sem falar nos da África, com países ainda em estágio selvagem. Foi uma das grandes figuras da política brasileira, o bonacheirão Dom João VI, que ficaria no Brasil, não predominasse na política portuguesa a estupidéz de um grupo de oligarcas aplicados ao patrimonialismo político e econômico, com o que fizeram de Portugal uma nação sem respeito, ao ponto de tomar um ultimato da Inglaterra e de contar nos seus quadros políticos com algumas das mais robustas, enxundiosas mediocridades que já passaram pela sua Casa de representação.

Dom Pedro II foi admiravelmente retratado por Calmon, que destacou o seu amor às ciências e às artes, o seu interesse pelo desenvolvimento cultural, o seu culto às línguas vivas e mortas, e sobretudo o seu interesse pelo desenvolvimento tecnológico de que os Estados Unidos já eram a potência principal, mais do que a Inglaterra, que se atrasara.

Calmon tudo registrou sobre o grande e infeliz monarca, derrubado da maneira mais ignóbil de que se tem notícia, inclusive com a participação de um monarquista, Rui Barbosa, que confessou ser “republicano de extração recente”. É verdade que nos salvou o ilustre baiano de termos, desde logo, como queriam os dois fanáticos positivistas citados, a Constituição inaceitável de

Augusto Comte, mas aceita nos anos 30, quando Vargas outorgou uma Constituição com trechos escavados do modelo positivista. A *História de D. Pedro II* é, por isso, com a de Heitor Lyra, fonte de informação rigorosamente necessária para todos os estudiosos do Brasil, sem os preconceitos que hoje em dia povoam as cabeças dos homens públicos dos chamados impropriamente Três Poderes, dos quais os juízes têm o predomínio, o que não deixa de ser estranho para uma nação organizada em bases monárquicas, com províncias unidas e administradores fiéis à coroa, tanto na colônia como no regime constitucional.

Não encontrei em nenhum autor, somente no saudoso João Camilo de Oliveira Torres, a citação do presidente de um dos países sul-americanos, que teria exclamado que se acabava, com a proclamação da República, a única democracia da América. É uma verdade histórica incontestável.

Atribui-se a Dom Pedro II esse exemplo de organismo político excepcional numa América retaliada pelas correrias, pelo arbítrio, pelo mandonismo dos caudilhos, dos chefes de hordas e outros aventureiros, como Facundo, Rosas, Rubén Gómez, Francisco Madero, Porfírio Díaz, os mexicanos, em geral, inclusive Benito Juárez, que empolgou uma grande faixa de admiradores, embora fosse auxiliado pelos Estados Unidos para libertar o país de um regime estrangeiro, quando, na verdade, o que fez o índio de tanta sedução, foi sair-se como um dominador, que submeteu o México aos seus objetivos políticos. Tivemos, na América, Bolívar, cujos sonhos se desvaneceram, segundo os seus biógrafos. Foi um grande guerreiro e tinha visão política, mas malogrou nos países que deveria manter unidos, que acabaram cindidos e, hoje, estão praticamente decadentes, sob o mandonismo de políticos sem escrúpulos, uns, e fracos, perante forças adversas, outros.

O sufrágio direto, secreto e universal, que os bisonhos políticos brasileiros quiseram imitar com uma campanha de eleições diretas, acabou por ser manipulado, sobretudo agora, com os meios de comunicação de altíssimo alcance, que já não se sabe o que é a vontade da maioria, ou se deve prevalecer a vontade da maioria, que Rousseau queria que fosse a vontade geral. O Brasil sonegou-se a essas tropelias, a esses caudilhos, a esses chefes arrogantes, no melhor

estilo espanhol, exclusivamente pela visão de sua classe política, que, nos dias pressagos da pré-Maioridade poderia ter optado pela República, da qual tivera um exemplo significativo e convincente na regência trina e una, sobretudo na una, em que não se salvaram do fracasso nem mesmo um padre de excelsas virtudes, Diogo Antônio Feijó, e o Marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima.

O Brasil que procuro resumir nestas palavras está na obra de Pedro Calmon com uma honestidade, um compromisso imparcial dignos de serem registrados com o maior louvor. Pedro Calmon era, como Taunay, como Varnhagen, Buarque de Holanda, Almeida Prado, o historiador íntegro, rigorosamente fiel aos documentos, aos fatos conhecidos e relatados, em registros insuspeitos. Foi esta uma das suas virtudes de estudioso do nosso passado. Foi, pois, o tempo passado o ambiente em que viveu Pedro Calmon, enquanto historiador, e homem do presente, quando ocupou altos cargos, como o de ministro da Educação, de reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e até, pasmem os ouvintes e os leitores, professor por concurso de História do Brasil do austero Colégio Pedro II.

Pois Calmon fez questão de disputar a cadeira de professor catedrático do famoso colégio, e submeteu-se a provas e examinadores que sabiam uma parcela apenas do que ele sabia de História; disse-me ele, quando de sua viagem a São Paulo para o Prêmio Moinho Santista, ter sido o seu título de glória, o ter entrado para o corpo docente do Colégio Pedro II.

Pedro Calmon foi, tanto quanto possível nas imperfeições humanas, um ser dotado de muitas perfeições, pela educação admirável que lhe ornava a personalidade, pela sabedoria que fez dele um sábio da História, pela cultura literária que lhe assegurou um lugar entre os romancistas brasileiros, pelo memorialista que lembrou os seus antepassados, todos com serviços inestimáveis prestados à nação. É, por isso, um tema de estudo o grande historiador Pedro Calmon, como um ser digno de culto, neste ano em que transcorre o seu centenário de nascimento na velha Bahia de seus amores.

Calmon, infelizmente, não tinha cultura filosófica, e quando digo cultura, me expresso no verdadeiro sentido da palavra, o da profundidade e a extensão dos conhecimentos. Mas tinha a do tempo, que é um tema filosófico, pela no-

ção exata de que sua realidade é passar continuamente. Alongando sua vista e suas pesquisas e sua visão ao longe, no passado, Calmon via uma nação se formar. Está assim na sua opulenta *História do Brasil*. O descobrimento, as capitânicas, que logo malograram, por desproporção entre as necessidades da terra concedida aos capitães gerais e as suas possibilidades de praticamente agricultores ou soldados, sem fortuna. Daí terem sobrado apenas as capitânicas de São Paulo e Bahia, redução esta de um programa grandioso que levou o rei de Portugal a nomear um governador-geral, que aqui veio com uma organização de Estado, quando o Brasil não tinha gente para formar nem mesmo um bairro pobre de uma aldeia distante dos centros populosos. Repito que Calmon não era nem pretendia ser filósofo, mas, como M. Jourdain, fez filosofia sem saber, ou sabendo apenas para o seu uso, na interpretação dos fatos, como se passaram, desde o dia em que Cabral desceu da nau capitânia e tomou conta do Brasil, segundo os termos do famoso Tratado de Tordesilhas.

Calmon nunca procurou mudar o sentido do passado. Para o grande historiador que ele foi, o passado era o passado, para sempre imóvel, que nem mesmo Deus Nosso Senhor seria capaz de mudá-lo. A descoberta de documentos coevos e fiéis poderiam alterar o passado, mas nunca nenhum documento veio alterar os dias idos, de uma nacionalidade que um pequenino povo de um milhão de habitantes, no máximo, descobrira para a civilização, graças ao gênio do Renascimento, o infante Dom Henrique, sem favor um dos maiores homens legendários de seu tempo e de todos os tempos, pela obra que realizou, dotando o seu país, Portugal, a sua Casa, Aviz, de instrumentos que lhe permitiriam ser uma das potências da época, como de fato o foi, tão pequenina na extensão territorial e na dimensão demográfica, quanto grande na obra realizada.

O passado do Brasil está inteiro na obra de Pedro Calmon. Os fatos, os acontecimentos, as rixas, os feitos, os atos de coragem, e o extraordinário empreendimento épico, único na história de qualquer outro povo, que foram as Bandeiras, graças às quais foi mudado o Tratado de Tordesilhas, e o Brasil ganhou o território que o coloca entre os grandes do mundo.

O presente não está na obra de Pedro Calmon, por ser extremamente fugaz; quando nele pensamos, já se nos fugiu do alcance e não há como pegá-lo e conservá-lo, pois do contrário não seria o presente. Calmon voltou-se para o futuro e na sua obra encontramos todos os ingredientes para que o Brasil seja uma grande nação, uma das potências da Terra, de par com outros grandes, que acabarão se apequenando ao nosso lado. Estaremos com os Estados Unidos, a China e provavelmente a Argentina e a Índia, duas nações prometidas, pela sua situação, a se tornarem, também elas, potências entre as potências.

Sabia Pedro Calmon que o futuro bate à porta do Brasil, impaciente de entrar nessa casa onde ainda prevalece a cordialidade, não obstante o aumento monstruoso e amedrontador do crime, importado de países vizinhos e mesmo distantes, com as drogas e a moda dos seqüestros, uma forma barata de enriquecer os vagabundos, os desleixados, os ambiciosos de fortuna sem fazer força, como fizeram os desbravadores de sertões, os formadores de fazendas e os industriais que desencadearam a operação desenvolvimento, num passado em que nada tínhamos que pudesse transformar-se em riqueza. Daí a dívida que temos para com os precursores, Matarazzo, Pereira Inácio, Crespi e outros, que seria longo arrolar nos limites de uma conferência. Mas Pedro Calmon, nos seus inúmeros trabalhos, ele que era um trabalhador infatigável, era, simbolicamente, o homem de sete instrumentos, todos bem tocados, com arte e virtuosidade, olhou para o extenso futuro que se desdobra diante do Brasil, como um tapete sem fim, o tapete que lembra o das Mil e uma Noites das velhas lendas do Oriente.

Reconheço que o futuro é misterioso. Ninguém é capaz de prevêê-lo. Quem preveria, em 10 de setembro de 2001, que alguns aviões seqüestrados por fanáticos muçulmanos, ansiosos de conhecerem o Paraíso prometido pelo Profeta, iriam derrubar as duas torres gêmeas que simbolizavam a preponderância econômica dos Estados Unidos? Um louco fanático as derrubou, matando os inocentes que estavam trabalhando para ganhar a própria subsistência.

Não podemos antever o que será o futuro do Brasil, por ser indevassável o futuro. Já vem nos Evangelhos que não se deve acreditar em adivinhos, e supor

que vamos adivinhar o que será São Paulo no ano 2500, ou o Brasil nos próximos cinquenta anos, equivale a fazermos o jogo da adivinhação, inaceitável para os governos. Esse é o jogo dos administradores, dos economistas, esses antecipadores do futuro que raramente acertam, e outros que se lhes juntam para tentarem ser afuroadores dos dias vindouros e verem, como em uma bola de cristal, o que vai ser o país, com seus milhões de habitantes e suas diferenças de classes, cada vez mais acentuadas.

Pedro Calmon previu um Brasil grande, mas não se lançou a adivinhações, ele que era sumamente bem formado de mobiliário da inteligência, para cair na esparrela de fazer previsões num mundo cujas mudanças estão sendo diárias, até mesmo horárias, tamanho o desenvolvimento tecnológico, com os computadores à frente.

Não duvidava Pedro Calmon, no seu patriotismo, que o Brasil seria grande potência. Infelizmente, os limites a que todos somos submetidos na Terra não lhe permitiram ver o que se passou depois de sua partida, nem o que se passa hoje e deverá passar-se no futuro, se formos bem governados, se cada brasileiro se compenetrar de seus deveres uns para com os outros, e trabalharem pela grandeza da nação. Calmon deixou lições sobre a importância do presente, que passa fugaz, do passado, que se fixou para a eternidade, e sobre o futuro, que exige de nós o tirocínio, o esforço, o sentimento nacional, para que a nação não soçobre, como soçobraram tantas outras nações.

Nenhuma nação está segura de sua perenidade na História. Os exemplos são tantos, que nos dispensamos de citar, mas ninguém ignora que um colosso como a China pode ser cindido, um país grande como o Brasil pode ser secionado, uma Argentina, com seus três milhões de quilômetros quadrados, pode vir a partir-se em nações minúsculas, portanto sem importância, como sem importância são as pequenas nações da América Central, divididas, com auxílio dos Estados Unidos, para melhor poderem governar o continente ou até onde chegasse o poderio de seu *big stick* do primeiro Roosevelt.

Calmon possuía a exata noção de sua responsabilidade como historiador, pois dizia a verdade, e essa ciência exige de quem a adota como prática ter a

verdade na sua mira, a verdade inteiriça, ainda que provoque choques de sentimentos. Só é historiador, dizia Calmon nas suas aulas, nos seus discursos, nas suas preleções, quem faz da verdade a base de suas reflexões, de seus estudos e de suas previsões, até mesmo delas, que ainda estão no futuro, esse do qual acabamos de falar. Não há nem haverá História sem verdade, ainda que o historiador a interprete segundo as suas convicções religiosas, filosóficas, sociológicas ou outras. Mas, sem se submeter a ideologias, o historiador tem de ser verdadeiro, ao menos na interpretação dos fatos passados, e verdadeiro, mais ainda, nas previsões do futuro, com a ressalva de que podem não ocorrer. Calmon foi, por isso, o verdadeiro historiador do Brasil, sem qualquer intenção de diminuir a importância dos demais historiadores que têm honrado o estudo do passado do Brasil e, paralelamente, têm honrado o estudo das possibilidades futuras, ainda que precárias sejam as previsões do futuro de um país dotado de tantas benesses, que não temos espaço para as relacionar ou, ao menos, lembrar, já que relacionar é impossível, pela extensão e o número.

Calmon queria ficar no passado e no passado ficou, quase que definitivamente, exceção feita às suas aventuras sobre o futuro do Brasil, por não sabermos quanto duraremos e se duraremos. Fala-se da mudança de clima, com terríveis conseqüências para o planeta, mas, sobretudo para um número elevado de nações, principalmente as grandes, como o Brasil. São os cientistas que falam. Mas essa categoria também erra, tem errado e muito, tanto quanto os economistas, que não devem, nunca, fazer previsões sem uma ressalva de que podem enganar-se, como se têm enganado. Mas teremos, no futuro, movimentos de populações, como está ocorrendo na Europa, com tal intensidade que o caráter físico e até o moral das populações irão mudar. Como serão os países da União Européia daqui a uns vinte, trinta, cinquenta anos?

Quem será capaz de acertar, num episódio da teoria dos jogos? Repetimos: ninguém. É o contraste entre o passado e o futuro. Daí Calmon ser o homem que se apegou ao passado, para estudar em minúcia o Brasil, o seu Brasil, o Brasil que cada vez mais vai se impondo como nação que logo estará entre as mais bem dotadas, como as poderosas pela economia e pela educação de seu povo.

Admirei, sempre, Calmon, por esse motivo, por seu apego ao passado, dele sacando lições para o presente e o futuro. Seus alunos saíam encantados de suas aulas, mas também com interrogações na cabeça, as que Calmon ali colocava para despertar-lhes o interesse pela nação, ou, em termos sacrossantos, pela pátria, a que está no Hino Nacional e ali deve permanecer.

Calmon foi o historiador integral, e, nessa expressa condição, sabia perfeitamente que a História é o maior cemitério do mundo, o cemitério dos reinos, dos impérios, das presidências, dos governos, das riquezas, da opulência das famílias, da desgraça dos infelizes excluídos do banquete da vida – se me permitem a banal figura de retórica. Calmon, como eu disse no início, não teve formação filosófica, mas tinha a filosofia como sabedoria, como conhecimento da aventura humana sobre a face da Terra, e dela usava para os seus livros de trabalhador extraordinário. Calmon escreveu mais de oitenta livros, sobre Vieira, sobre Camões, sobre o Brasil e a América, sobre um crime de Antônio Vieira, escreveu um romance que os doutos, entre eles Josué Montello, confirmando a minha opinião, consideram um excelente romance de um estranho ao gênero.

No formoso discurso com o qual sucedeu a Calmon como membro de número da Academia Portuguesa da História, Josué Montello disse estas palavras: “Calmon nos legou não um livro, não uma página, não uma monografia. Deixou-nos uma obra. E uma obra que está marcada por sua coerência fatural, do começo ao fim de sua nobre vida.” Esse foi Pedro Calmon, o grande historiador, o romancista, o biógrafo, o explorador do passado, o fixador indelével do presente, o perscrutador do futuro. É uma honra ter a Academia contado entre os seus membros efetivos o incomparável Pedro Calmon, o elegante, o fidalgo, o *gentleman* Pedro Calmon, que honrou não só esta Casa, mas as letras brasileiras, com sua obra imortal, obra que desafiará os séculos, enquanto houver quem leia e escreva português.

Esse foi, em síntese – espero ter-me aproximado da exatidão –, o grande brasileiro, o historiador, o ensaísta, o ficcionista, o biógrafo Pedro Calmon, cujo centenário tenho a honra de assinalar.



Victor Hugo

Besançon, 26/02/1802 – Paris, 22/05/1885.

Poeta, chefe do Romantismo, romancista, dramaturgo revolucionário.

Pintura de Léon Bonnat.

Este século tem dois anos

A propósito do bicentenário de Victor Hugo

SERGIO PAULO ROUANET

Há quase oitenta anos, um embaixador da França, Alexandre Conty, foi saudado em nossa Academia com um discurso intitulado “Victor Hugo e o Brasil.” Em suas palavras, disse o Acadêmico Constâncio Alves:

Não é lícito esquecer Victor Hugo, sempre que se fala na amizade da França pelo Brasil... Quem de nós ignora que o nome do Brasil se lê, e não raramente, na obra colossal do grande francês? Foi ele nosso mestre sem rival no correr do romantismo e até depois. Rutilam raios de sua luz na prosa e na poesia de numerosos escritores nossos... Se a sua obra é o assombro, sua vida é o modelo dos homens de letras: é o exemplo inexcusável de inspiração disciplinada pela ordem, da independência ganha pelo trabalho, da poesia ao serviço dos grandes interesses da civilização, do espírito no devotamento heróico do campo de batalha... Mas quem atentar na personalidade de Victor Hugo, na fecundidade do seu trabalho, na perpétua juventude de seu gênio, no poder irradiante do seu espírito, no seu senso da realidade da vida, em suas aspirações de porvir, na exuberância de sua vitalidade, na universalidade de sua simpatia, no seu interesse pelas causas generosas, no seu otimismo robusto,

Conferência
proferida no
Salão Nobre
da Academia
Brasileira de
Letras, no dia
23 de maio de
2002.

nos seus ideais de tolerância, justiça, fraternidade e paz, há de ver, neste francês prodigioso, a imagem da França imortal.

Tempora mutantur – os tempos mudam. Hoje exprimiríamos nossa admiração por Hugo com um estilo menos hugoano. No entanto, a citação de Constâncio Alves é elucidativa, porque dá uma idéia do clima de francofilia dentro do qual se deu a recepção de Hugo no Brasil.

Essa atitude não foi só uma idiosincrasia brasileira, e sim um fenômeno geral na cultura latino-americana. Ele se manifesta, por exemplo, em Ruben Darío, que escreve em *Peregrinaciones*: “Meu desejo e meu pensamento foram-me dados pela França; eu seria incapaz de viver se me proibissem de viver em francês.” Palavras que encontram eco no uruguaio Horacio Quiroga: “Para nós, pobres desterrados da suprema intelectualidade, a visão de Paris é a nostalgia de um lugar que nunca vimos.” São freqüentes os intelectuais que escrevem em francês. É nesse língua que Darío dirige uma invocação quase religiosa à cidade-símbolo da cultura: “*Et toi Paris! Magicienne de la Race, / Reine latine, éclaire notre jour obscur.*” O chileno Huidobro publicou em francês seu primeiro livro de poemas: *Horizon carré*, em 1917.

Mas no Brasil a admiração pela França foi especialmente entusiástica. No século XIX e primeiras décadas do século XX, víamos tudo pela ótica francesa. Paris nos ensinava a sentir e a pensar. Tudo vinha da França, desde a culinária até a filosofia, desde a comédia de bulevar até o tratado de balística. Vivíamos as crises políticas da França, numa solidariedade que às vezes ia além dos bons sentimentos, como quando os brasileiros fizeram doações de alimentos para os mutilados, órfãos e viúvas da França, na guerra de 1870.

A esse propósito, Castro Alves compôs uma das suas odes mais condoreiras: “França! Deste a luz que de teu ser jorrava! / França! Acolhe agora em recompensa o pão!” Joaquim Nabuco escreveu reflexões avulsas em francês e deplorou no mesmo idioma a perda da Alsacia-Lorena: “*Nous sommes les deux bras mutilés de la France / Qu’elle tend toujours vers le ciel.*”

Com o advento da República, proclamada sob inspiração do positivismo francês, o Quatorze de Julho transformou-se em feriado nacional.

Durante o caso Dreyfus, todo o Brasil pensante era *dreyfusard*. Era ainda uma maneira de cultuar a França, pois todos estavam certos da vitória final do direito. Rui Barbosa, que do seu exílio na Inglaterra não cessava de denunciar os perseguidores de Dreyfus, dizia que não se podia esperar senão a justiça do país dos direitos do homem.

Durante a I Guerra Mundial, o Brasil inteiro acompanhava a batalha do Marne e nosso chão tremia com os tiros do Grande Bertha. A queda da França, em 1940, mergulhou o país no luto, enquanto a libertação de Paris foi saudada com júbilo pelo povo e pela imprensa.

Um autor como Anatole France foi objeto de um culto que poucos entenderiam hoje. Era um delírio coletivo, que Augusto Meyer caracterizou como “um feitiço, uma coqueluche, uma deliciosa peste”. Para Gilberto Amado, por exemplo, “Luciano de Samósata, se ressuscitasse agora, o único escritor que leria sem desprazer seria Anatole France. Creio também que Píndaro, Anacreonte, os sofistas, os trágicos, não desdenhariam de descer sobre ele os olhos. A própria Vênus Afrodite, se soubesse francês, com que surpresa deleitada não percorreria as páginas do *Lys rouge!*”

Em 1909, Anatole passou pelo Brasil, sendo recebido pelo Barão do Rio Branco e mais tarde homenageado por nossa Academia. Saudou-o Rui Barbosa, num admirável discurso em francês, que tinha a graça e a leveza que faltavam aos discursos redigidos em sua própria língua, certamente porque, escrevendo no idioma de Racine, Rui não precisava ter medo de cometer galicismos. É verdade que Rui censurava, nas entrelinhas, a impiedade de Anatole, mas elogiava sem reservas a perfeição clássica do seu estilo. E quem diria? ao contato com France, manifesta-se em Rui um insuspeitado senso de humor. Ele se diverte muito, por exemplo, com aquela passagem da *Rôtisserie de la reine Pédauque* em que um pobre padre moribundo recebe a visita do seu bispo. O agonizante pede perdão por ser obrigado a morrer diante de Sua Eminência, ao que o Príncipe da Igreja responde: “*Faites, faites, ne vous gênez pas*” – continue, continue, não faça cerimônia.

Quando anos depois o secretário particular de Anatole, Jean-Jacques Brousson, lança um livro irreverente sobre o Mestre – *Anatole France en pantoufles* – e descreve em termos que feriram as suscetibilidades nacionais a viagem do escritor ao Brasil, a ira brasileira não teve limites. O próprio genro de Rui Barbosa, Batista Pereira, publicou com o pseudônimo de Jacques Tournebroke um panfleto contra o réprobo, num francês puríssimo, mas com uma truculência muito pouco franciana, onde o mínimo que se dizia era que o culpado não tomava banho.

O auge da influência francesa ocorreu no período que se estendeu até o primeiro após-guerra. Cada brasileiro podia aplicar a si próprio a *boutade* de Oscar Wilde sobre os americanos: “*When good Americans die, they go to Paris.*” Isto chegou a se realizar literalmente, quando Guimarães Passos quis ter a glória de morrer em Paris, o que ocorreu logo que ele desembarcou na Gare du Nord. Mas em geral nossos patrícios preferiam *viver* em Paris, como o brasileiro que na *Vie parisienne*, de Offenbach, deixava as dançarinas do Maxim’s roubarem em Paris o dinheiro que ele tinha roubado no Brasil.

Olavo Bilac viajava todos os anos para Paris. Regressando de uma dessas viagens, o poeta da *Via Láctea* mostrou-se tão nostálgico dos *Boulevards* que inspirou o seguinte comentário a Artur Azevedo: “Nosso poeta está seriamente intoxicado – ingeriu pantagruélicas doses de parisina, a famosa bebida de que falava Charles Nodier.” Todos os nossos intelectuais cumprem sua romaria a Paris – João do Rio, Luís Edmundo, Nestor Victor. O que variava era o talento.

Talento era o que não faltava a Gilberto Amado, por exemplo. “Como ensinar o que não se aprende?” pergunta Gilberto, a propósito de sua primeira viagem a Paris, em 1912. E sem esperar a resposta:

Quem precisa de mestre para ser feliz na França e conhecer Paris, jamais conhecerá Paris ou será feliz na França. Nasce-se para entender a França; o conhecedor de Paris não se faz... Quanto a Paris, eu não ia vê-lo; ia verificá-lo. Ruas, praças, localizações de monumentos, teatros, museus, escolas, cabarés, me eram conhecidos. Sabia quais as peças que estavam sendo representadas, de quem se falava nos jornais, o que era preciso ver e ouvir. Atravessava pontes da margem direita para a esquerda e vice-versa, entrava

nos lugares, como se de fato já neles tivesse estado. Sabia onde morara Auguste Comte; onde Descartes passara tempos, antes de ir para a Holanda; onde ficava o convento a que se recolhera a La Vallière, depois que Luís XIV a abandonara; onde Madame Récamier recebia Chateaubriand; conhecia as várias residências de Victor Hugo; a casa onde, levado por Théophile Gautier, Baudelaire ia fumar haxixe; o segundo andar onde Stendhal escrevera em quatro semanas a *Chartreuse de Parme*; o lugar onde Gérard de Nerval se enforcara.

Mas mesmo dentro desse clima de veneração pela cultura francesa, a idolatria por Victor Hugo foi excepcional. Tentarei reconstituir as principais etapas desse culto, tomando como guia principal, mas não exclusivo, o livro de Antônio Carneiro Leão, *Victor Hugo no Brasil*, e também o livro maravilhoso de Múcio Teixeira, cuja bisneta está presente nesta sala, que escreveu um livro primoroso e de um valor documental extraordinário, chamado *Hugonias*, de 1885.

O mais prestigioso dos admiradores de Hugo no Brasil foi o próprio Imperador, D. Pedro II. D. Pedro acompanhou todas as etapas da produção de Hugo. Ele tinha um fraco, talvez compreensível num soberano que era parente de todas as cabeças coroadas da Europa, pelos poemas da fase legitimista de Hugo, em que o jovem bem-pensante fazia odes a propósito do assassinato do Duque de Berry e da sagração de Carlos X. D. Pedro chegou a traduzir em português um dos poemas dessa fase, “Louis XVII”, do livro *Odes et ballades* (1822). Mas sabemos, por sua correspondência, que ele se mantinha atualizado com todas as obras de Hugo, lendo-as assim que eram publicadas. Assim, ele pergunta a opinião de Gobineau sobre *Quatre-vingt-treize* (1874) e *L’Art d’être grand-père* (1877).

Era ambição de D. Pedro conhecer pessoalmente o poeta, mas o encontro só se concretizou em 1877. O Imperador convidou Hugo para ir a seu hotel parisiense, mas o olímpico poeta, a essa altura republicano ardente e vagamente socialista, respondeu que não ia à casa de ninguém: *Je ne vais chez personne*. D. Pedro apressou-se a acalmar Hugo, e os dois combinaram um encontro num

terreno neutro, o Senado, mas o projeto gorou porque antes do dia marcado o Senado foi dissolvido. O protocolo teve que ser esquecido, e D. Pedro tomou a iniciativa de ir à casa de Hugo. As primeiras palavras do Imperador foram: *Monsieur Victor Hugo, rassurez-moi, je suis un peu timide* – por favor, tranquilize-me, sou muito tímido, disse o nosso Imperador. Hugo oferece uma poltrona. D. Pedro diz que ao sentar-se ao lado de Hugo, tem pela primeira vez a sensação de estar num trono. Hugo diz que tinha o hábito de viajar de ônibus, prazer que certamente o imperador não tinha, ao que este responde que pelo contrário, a “imperial” (nome pelo qual era conhecido o segundo andar dos ônibus) lhe convinha perfeitamente. Hugo oferece ao monarca um exemplar de *L’art d’être grand-père*. D. Pedro pede que Hugo faça uma dedicatória, associando seu nome ao dele, e o autor não se faz de rogado, escrevendo, de igual para igual, “A D. Pedro de Alcântara, Victor Hugo.” A certa altura da conversa, D. Pedro começa uma frase, referindo-se a seus direitos, e corrige-se: não, ele não tinha direitos, só tinha um poder devido ao mero acaso do nascimento, e que ele procurava usar para o bem do Brasil. Hugo não se contém: “*Sire, vous êtes un grand citoyen.*” Aparecem os netos de Hugo, Jeanne e Georges. D. Pedro abraça Jeanne, que sabendo estar diante de um imperador não entende por que ele não usa um uniforme. Apresentando Georges, Hugo usa a expressão “Sua Majestade”, ao que D. Pedro responde: “*Mon enfant, il n’y a ici qu’une Majesté, c’est Victor Hugo.*” D. Pedro se convida para jantar num dos próximos dias, e Hugo responde que ele seria bem-vindo. No dia seguinte, Hugo entrega no hotel em que D. Pedro estava hospedado um envelope contendo uma fotografia em que aparecem Hugo e seus netos. O envelope estava endereçado “*À celui qui a pour ancêtre Marc Aurèle* – àquele que tem por ancestral Marco Aurélio”. Como bom republicano, Hugo evitava sempre tratar o Imperador por seus títulos majestáticos. O exemplar de *L’Art d’être grand-père* com a dedicatória de Hugo, bem como o envelope e seu conteúdo, estão hoje no Instituto Histórico Brasileiro. A meu pedido, o Prof. Arno Wehling entregou-me uma xerox da dedicatória de Hugo e do envelope. Seis dias depois dessa primeira visita, D. Pedro aparece para jantar, em companhia do Barão de Bom Retiro. O Imperador oferece sua fotogra-

fia a Hugo. Nossas fontes não dizem qual foi o menu, mas a julgar por Sarah Bernhardt, que jantara ali, a qualidade da gastronomia não deve ter sido excepcional: “*Oh! L’horrible déjeuner! Que c’était mauvais, mon Dieu! Et que c’était mal servi!*” À mesa, Hugo faz um brinde ao convidado ilustre, que responde no mesmo tom. A conversa se prolonga até uma hora da madrugada, quando D. Pedro se retira.

Se Hugo pôde cativar a esse ponto um imperador letrado, mas que não era escritor de ofício, pode-se imaginar a fascinação que ele exerceu sobre os intelectuais brasileiros.

Esse fascínio pode ser medido, em primeiro lugar, pelas referências explícitas ao próprio Hugo. Uma das mais antigas está no poema *Sub tegmine fagi*, de Castro Alves: “Trei contigo pelos ermos, lento / Cismando, ao pôr do sol, num pensamento / Do nosso velho Hugo! / Mestre do mundo! Sol da eternidade / Para ter por planeta a humanidade, / Deus num cerro o fixou.” Parodiando um poema do próprio Hugo, em que ele compara duas ilhas, Córsega e Santa Helena, lugares de nascimento e morte de Napoleão, Castro Alves compara Santa Helena, lugar de exílio de Napoleão, com Jersey, lugar de exílio de Victor Hugo: “São dois marcos miliários / Que Deus nas ondas plantou. / Dois rochedos onde o mundo / Dois Prometeus amarrou!... / São eles os dois gigantes / Num século de pigmeus.” Pedro Luís exalta o Hugo exilado: “Ei-lo! O gigante altivo! O poeta soberbo! / Na ilha do exílio por ele sagrada! / Impávido encara da terra os tiranos / Bradando à sua pátria vencida, humilhada. / Não canta somente do mundo as desgraças, / Não chora somente do povo o martírio; / Anima, incendeia com a luz da esperança / Aqueles que passam da dor ao delírio / E aqueles que crêem, que esperam gemendo / Um raio de luz, de amor e verdade / Elevam suas vistas ao gênio da França / Que espera, que geme, que quer liberdade.”

A hugolatria continuou bem depois da morte do poeta, estendendo-se a boa parte do século XX. Os parnasianos estavam entre os oficiantes mais entusiásticos do culto a Hugo. Olavo Bilac usou como epígrafe os versos de Hugo: “*Le poète est ciseleur / Le ciseleur est poète.* – O poeta é cinzelador / O cinzelador é poeta.” Num soneto de Raimundo Correia, Hugo era ao mesmo tempo a

musa colérica que fustigava os déspotas e a musa que tinha palavras de bondade para os mansos, como o rochedo de Guernesey, que sabia repelir os vagalhões e oferecer musgo aos pássaros para a construção dos ninhos.

Mas foi por ocasião do falecimento de Hugo que seu endeusamento foi levado às últimas conseqüências. Os edifícios públicos hastearam a bandeira a meio pau. Fez-se uma coleta para a construção de uma estátua. Todos os jornais da Corte e das províncias publicaram editoriais e poemas pranteando a morte do homem do século. Para Euclides da Cunha: “Em nossa alma se arqueia / Cada folha imortal de seus imensos poemas / Como um céu constelado / Desses eternos sóis: o canto, a estrofe e a idéia.” Joaquim Nabuco dedicou ao morto um poema em francês: “*J’entends parler de deuil et de mort – Ironie. / Quand la nature sent, comme un subit éveil / Dans l’immortalité se lever le Génie, / Traçant sur la pensée un cercle de soleil. / Les Dieux ne meurent pas. C’est la mort qui les crée... / Notre siècle en fit un: le Zeus de Marengo / Grand comme l’océan, fort comme la marée / Et nous venons d’en faire encore un autre: Hugo.*” Machado de Assis também contribuiu com um epicedio: “Um dia, celebrando o gênio e a eterna vida, / Victor Hugo escreveu numa página forte / Estes nomes que vão galgando a morte... / Calderón, e logo após Cervantes; / Voltaire que mofava, e Rabelais que ria; / E para coroar esses nomes vibrantes, / Shakespeare, que resume a universal poesia; / E agora que ele aí vai galgando a eterna morte, / Pega a História da pena e na página forte / Para continuar a série interrompida, / Escreve o nome dele, e dá-lhe eterna vida.” Surgiu até uma quadra em latim, logo traduzida para o grego, o inglês, e o francês: “*Non periit; vivit! Namque est aeterna poesia! / Nomine si Victor, mortis et ille fuit! / Augustam inveniens terram se ad sidera tollit; Qui sidus terris aethere Stella micat.*” Não morreu, vive, pois é eterna a poesia. Vencedor no nome, Victor venceu também a própria morte. Achando a terra demasiado estreita, subiu aos céus. E astro, refulge como uma estrela no éter.

Outro indício eloqüente da irradiação de Hugo é fornecido, em segundo lugar, pelo número e qualidade das traduções. Mais de cem autores brasileiros

traduziram Hugo, e vimos que D. Pedro II estava entre eles. Machado de Assis traduziu *Les travailleurs de la mer* – “Os trabalhadores do mar”. Na poesia, o pioneiro parece ter sido Maciel Monteiro. Em 1841, ele traduziu o poema encantador que Hugo escreveu para Marie Nodier, por quem toda a geração romântica de 1830 estava apaixonada: “*Madame, autour de vous tant de grace étincelle / Votre chant est si pur, votre danse recèle / Un charme si vainqueur...*” A tradução consegue recapturar o ritmo do original: “Senhora! Em torno a vós tanta graça esplandece / Vossa voz é tão pura, transparece / Em vosso andar tão soberano encanto...” Em 1846, Gonçalves Dias traduziu em versos uma passagem em prosa de *Bug-Jargal*. O “*Pourquoi me fuis-tu, Maria? Pourquoi me fuis-tu, jeune fille?*” do original transformou-se, com muita elegância, em “Maria, por que me foges? / Por que me foges, donzela?” Castro Alves traduziu, também em versos, o mesmo trecho de *Bug-Jargal*. Foi também o autor de uma das traduções mais felizes de Hugo, o poema que este havia dedicado, em 1827, a seu então amigo Sainte-Beuve: “*L’aigle, c’est le génie! Oiseau de la tempête / Qui des monts les plus hauts cherche le plus haut faite...*” Ou, na versão de Castro Alves: “A águia é o gênio, da tormenta o pássaro / que do monte arremete o altivo píncaro...” Casimiro de Abreu prefere o registro lírico, como em *Hier soir*: “Ontem sozinhos, eu e tu, sentados / Nos contemplamos quando a noite veio...” Já no século XX, Vicente de Carvalho traduziu “*Vieille chanson du jeune temps*”.

A influência de Hugo pode ser aferida, em terceiro lugar, pela mais sutil das homenagens, a absorção subliminar do seu estilo e da sua retórica, que ia de uma certa semelhança de tom até a imitação mais ou menos consciente. Nesse terceiro registro, a cultura brasileira não citava Hugo, porque tinha se tornado ela própria hugoana. Sentimos a presença de Hugo em grande parte da linguagem da época, na eloquência parlamentar, na prosa, no jornalismo e na poesia, tanto épica quanto lírica. Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Francisco Otaviano, Álvares de Azevedo, Machado de Assis, Vicente de Carvalho, Luís Delfino, foram todos influenciados por Hugo. A chamada Escola Condoreira, de que Castro Alves foi o representante maior, é essencialmente hugoana na riqueza das metáforas e sobretudo em sua larga inspira-

ção humanitária. Impossível imaginar poema mais hugoano, na forma e no conteúdo, que “Vozes d’África”. Como observou Xavier Marques, “havia afinidade entre o talento de Castro Alves e o do mestre. Eram imaginações do mesmo tipo, eminentemente plásticas e amplificadoras, tinham a visão grandiosa e a idealização fácil, espontânea e poderosa... A leitura, larga e demorada, de Hugo foi para ele o toque mágico que as suas faculdades esperavam para afirmar-se com aquela modalidade definitiva e suas formas alterosas.” Frederico Severo, um contemporâneo de Castro Alves, vê em Castro Alves e em Victor Hugo: “Dois gigantes que se abraçam / Como dois adamastores / Da poesia os dois condores / Fazem ninho na amplidão. / Ambos têm a eternidade / Do rugir da tempestade.”

Essa influência difusa de Hugo na literatura brasileira foi diagnosticada com muito rigor por Machado de Assis, que apontou em autores tão diversos como Valentim Magalhães, Teófilo Dias e Afonso Celso Júnior, a ação de Victor Hugo. Mas para Machado faltava a esses autores algo que não faltara aos jovens românticos que no início do século tinham se agrupado em torno de Hugo: uma doutrina unificadora, como a fornecida por Hugo ao redigir o prefácio de *Cromwell*. Diga-se de passagem que o próprio Machado sofreu enquanto poeta a influência que havia apontado como crítico. Para Eugênio Gomes, as *Ocidentais*, de Machado, são as contrapartidas das *Orientales*, de Hugo, e um poema como “O círculo vicioso” se inspira diretamente no “Abîme”, de Hugo.

Mas a relação entre o Brasil e o Hugo não foi uma rua de mão única. Como tantos europeus, Hugo tinha um certo deslumbramento pelo Brasil, país exótico, de paisagem exuberante e que estava construindo uma civilização nova. Diz-se que ele tinha pensado em exilar-se no Brasil, antes de fixar-se em Jersey. Essa fascinação pelo Brasil se estendia ocasionalmente às moças brasileiras. Ele se encantou por uma brasileira chamada Rosita Rosa, que ele conheceu na Suíça, e que tendo se casado aos 14 anos, era viúva, mas virgem. A moça foi imortalizada num poema de *Les chansons des rues et des bois*. Entre várias outras qualidades picantes e sensuais, Rosita era “...Joyeuse et céleste! / Elle vient de ce Brésil / Si doré qu’il fait du reste / De l’univers un exil!”

Era uma forma simpática de gostar do Brasil, mas Hugo não era somente um velho fauno, era também um profeta da aproximação entre os povos. Quando seu amigo Charles Ribeyrolles morreu no Brasil, alguns jornalistas brasileiros pediram a Hugo que enviasse um epitáfio, no que foram prontamente atendidos. O epitáfio foi colocado na lápide de Ribeyrolles, no cemitério de Maruí, em Niterói. Talvez nosso confrade Marcos Almir Madeira, representante entre nós da cultura e da história fluminense, possa dizer-nos algo sobre o lugar em que repousa o amigo de Hugo. Junto com o epitáfio veio uma carta, que é uma verdadeira declaração de amor ao Brasil:

Sois homens de sentimentos elevados, sois uma nação generosa. Tendes a vantagem de possuir uma terra virgem e descender de uma raça antiga. Um grande passado histórico vos liga ao continente civilizador; unis a luz da Europa ao sol da América. É em nome da França que eu vos glorifico. Ribeyrolles já o havia feito antes de mim...Vós, povo brasileiro, honrais sua memória. É belo, é nobre isto! É a grande confraternização que aí se firma, é o encontro de dois mundos junto ao túmulo de um proscrito: é a mão do Brasil apertando a mão da França através dos oceanos... Ribeyrolles, com efeito, é tanto nosso como vosso... A proscrição que ora o fulmina aumenta a luminosidade da comunhão universal. Quando um déspota rouba-lhe a pátria, é belo que um povo dê-lhe um túmulo. Saúdo-vos e subscrevo-me vosso irmão, Victor Hugo.

Em 1871, Hugo celebra num jornal de Bruxelas a Lei do Ventre Livre. Em 1883, quando lhe comunicam haver sido fundado entre nós um Clube Republicano, responde aos republicanos brasileiros:

Vós cresceis. A Europa, o velho mundo
Na história viveu o rápido segundo
De sua vida. Sereis a Europa, depois de amanhã.
O momento é crítico. Pois bem, tomai a mão
Do futuro nascente que vos espera. Então

Nesse vasto Brasil, com árvores semeadas de ouro,
Passarão o progresso, a força e a claridade;
Vê-se sobre vossa frente uma aurora estival.

Qual a situação de Hugo no Brasil de hoje? Ele foi-se apagando entre nós, como um astro que se extingue depois de ter brilhado mais do que convinha. É um fato evidente no Brasil, onde não há mais crianças batizadas com o nome de Victor Hugo, como aconteceu durante cem anos. Hoje a única homenagem que nosso registro civil presta à literatura universal está na quantidade desproporcional de crianças que recebem o nome de Marcus Vinicius, como o nosso querido confrade, Marcos Vinicius Vilaça. Para os que não se lembram disso, Marcus Vinicius era o nome de um personagem de *Quo vadis*, de Sienkiewicz.

O processo de des-hugoização da cultura brasileira foi gradual. Em 1902, no primeiro centenário, houve ainda muitas manifestações em homenagem ao poeta, com muitos artigos e poemas, e até uma composição musical, uma canção do maestro Francisco Braga com palavras extraídas de *Les voix intérieures*. O primeiro centenário de sua morte, em 1985, passou praticamente despercebido. Neste bicentenário do seu nascimento, anuncia-se um Simpósio Internacional intitulado *Victor Hugo, un génie sans frontières*, a realizar-se entre 23 e 26 de julho, em Belo Horizonte, sob os auspícios da UFMG. Fora isso, fala-se muito na montagem brasileira do musical *Les misérables*, os suplementos literários publicam matérias esparsas, algumas de excelente nível, como as que saíram no suplemento *Idéias*, do *Jornal do Brasil*, e o amor brasileiro de Victor Hugo, à misteriosa Rosita Rosa, reaparece sob a forma de um samba-bossa gravado por Frédéric Pagès, denominado *Elle vient de ce Brésil*. Mas a honestidade manda dizer que o Victor Hugo que mais freqüenta os monitores dos internautas brasileiros parece ser Victor Hugo Aristizábal, notável artilheiro do futebol hispano-americano.

Do mesmo modo que a glorificação de Hugo entre nós refletia sua glorificação universal, seu eclipse no Brasil de hoje é um reflexo do seu eclipse no mundo.

Esse declínio é visível na interminável série de farpas e ironias desferidas contra o poeta, algumas ainda em vida de Hugo. Ele foi chamado de “cretino sublime”, por alusão à célebre expressão que Chateaubriand teria usado para descrever o jovem gênio — “criança sublime”. Diga-se, de passagem, que Chateaubriand repudiou depois a autoria dessa frase: “*Je n’ai jamais dit cette bêtise-là.*” Louis Veuillot, o católico ultra-legitimista, chamou Hugo de “*Jocrisse à Patmos*”. Jocrisse era um personagem ridículo de teatro, facilmente influenciável por qualquer um, e Patmos, bem entendido, era a ilha em que São João teria escrito o Apocalipse. Era uma maneira de criticar o misticismo profético dos últimos poemas de Hugo. Para Baudelaire, Hugo era um grande homem em que Deus, por uma insondável mistificação, amalgamou o gênio e a tolice. Seguindo a mesma linha, André Breton disse que Hugo “*était surréaliste, quand il n’était pas bête*”. Jean Cocteau definiu Hugo como “um louco que achava que era Victor Hugo”. Resta a mais devastadora dessas farpas, a celeberrima frase com que Gide respondeu a quem lhe perguntava qual era o maior poeta da França: “*Victor Hugo, hélas! – Victor Hugo, infelizmente!*”

O que está por trás dessa hostilidade? Em parte, o declínio se deve ao próprio excesso de adulação que Hugo recebeu em vida. Ninguém assiste impunemente à sua própria apoteose. Mais cedo ou mais tarde, os deificados serão vítimas da vingança dos que não ascenderam ao Olimpo. Além disso, a estatura de Hugo era tão descomunal, que ele precisava ser posto de lado pelas gerações seguintes, para que elas tivessem um lugar ao sol. Já se observou que o problema capital da literatura, depois de Hugo, era fazer algo de diferente do que fizera Hugo. Havia duas maneiras de livrar-se de Hugo, e as duas foram adotadas. A primeira foi a mumificação. Alguns grandes homens saem da vida para entrar na história. Victor Hugo saiu da vida para entrar nos currículos escolares. O grande demolidor dos clássicos foi transformado num clássico. Com isso, gerações de ginásianos passaram a odiá-lo. A batalha de *Hernani*, que em 1830 tinha provocado duelos, passou depois a provocar bocejos, pois tinha se tornado tão irrelevante quanto a batalha de Poitiers. A segunda reação foi de crítica aberta. Alegava-se que Hugo tinha envelhecido tanto em sua retórica quanto em sua ideologia.

É curioso: os que se revoltam hoje contra o estilo exuberante de Hugo estão repetindo, *mutatis mutandis*, os argumentos dos clássicos de 1830, contra os exageros dos românticos. Para os clássicos, Hugo desrespeitava, por sua desmedida, a sobriedade, o decoro, o bom gosto que desde Racine caracterizavam o teatro francês, do mesmo modo que com sua escandalosa mistura de sublime e do grotesco e com sua petulância em desconhecer a regra das três unidades, o inventor do drama romântico desmoralizava as bases da estética francesa, tal como ela fora codificada por Boileau para todos os tempos. Condenando o excesso de pirotecnia verbal de Hugo, sua ênfase, suas hipérboles, suas antíteses vertiginosas, suas personificações fulgurantes, os críticos de hoje não se dão conta de que estão se comportando com o mesmo filistinismo dos burgueses que na época da batalha de *Hernani* se indignavam com o colete vermelho de Théophile Gautier. Hugo disse que o Romantismo era o liberalismo em literatura. A linguagem de Hugo foi mais que isso, foi a Revolução Francesa na literatura. Como ele escreveu no poema “Réponse à un acte d’accusation”, o idioma que ele encontrou ao estrejar na vida literária era como o antigo regime, em que povo e nobreza viviam segregados em castas. Havia a palavra nobre e a palavra familiar, que nenhum literato sério ousaria empregar. Havia vocábulos-duques e vocábulos-plebeus. Sobre os batalhões de alexandrinos, Hugo fez soprar um vento revolucionário, e pôs um barrete vermelho no velho dicionário. Os tropos, escondidos debaixo das saias da Academia, tremaram. Hugo declarou as palavras livres e iguais. Então a ode, abraçando Rabelais, tomou uma bebedeira, enquanto as nove Musas, de seios nus, dançavam a Carmagnole. Sim, ele foi esse Danton, foi esse Robespierre. Bateu as mãos, bebeu o sangue das frases, tomou e demoliu a Bastilha das rimas, quebrou o jugo de ferro que prendia a palavra-povo, fez do pronome pessoal um jacobino, do particípio uma hiena e do verbo a hidra da anarquia. Graças a ele, a língua foi posta em liberdade. Fica difícil acusar de academicismo um poeta assim. Sim, o Romantismo tinha que ser ultrapassado, mas sem em nenhum momento perder de vista que era da subversão romântica que veio o impulso para a subversão modernista, e que sem a libertação da linguagem efetuada por Hugo não teria-

mos podido rebelar-nos contra o próprio Hugo. Tudo isso foi reconhecido por muitos dos que criticaram Hugo. Como lembrou Fernando Mendes Vianna, os grandes precursores da poesia moderna seriam impensáveis sem Hugo. Baudelaire deve a Hugo a estética do grotesco, de repulsivo, sem o qual não teria composto a “Charogne”; Rimbaud viu em Hugo “o maior dos videntes”; e Mallarmé declarou ser Hugo “o verbo personificado”. O jovem *sans-culotte* do verso foi também par de França e acadêmico, mas sem ele as vanguardas do século XX não teriam podido prosseguir a obra de destruição criadora iniciada pelo Romantismo.

Ultrapassada, a forma de Hugo? Ao contrário, é sobretudo pela forma que Hugo é imperecível. Artífice absoluto, transforma em alexandrinos perfeitos todos os enigmas do universo, todos os objetos inanimados, todas as abstrações do espírito humano. Sua facilidade formal é tão prodigiosa, que parece inverter a relação entre pensamento e linguagem: como notou Paul Valéry, tem-se a impressão de que para ele a linguagem deixa de ser um meio para a expressão do pensamento, e de que o pensamento se converte num meio a serviço da linguagem poética.

No entanto, essa impressão seria falsa. Hugo nada tinha de formalista. Esse poeta imortal era também um pensador, mas a questão está em saber se seu pensamento continua sendo válido. Mesmo os que admiram o estilo de Hugo têm algumas dúvidas sobre a atualidade de suas idéias. No fundo o crítico discorda dessas idéias, e em vez de rejeitá-las pura e simplesmente, declara-as obsoletas. É o que acontece com as grandes meditações poéticas de Hugo sobre o progresso da humanidade, sobre a lenta ascensão do homem em direção à verdade. Em vez de dizer abertamente que não acredita no valor moral do progresso, o crítico prefere dizer que essas concepções derivam de uma ideologia cientificista do século XIX, hoje irremediavelmente antiquada. Mas antiquada segundo que parâmetros? À luz das realidades contemporâneas, responderia o crítico, realidades que diferem em tudo das que caracterizaram o século XIX.

Mas a tese de uma descontinuidade radical entre as duas épocas precisa ser demonstrada. E não há melhor ocasião para isso que uma efeméride como a

nossa, que precisamente junta as duas pontas de um arco temporal, estendendo-se entre o presente da comemoração e o passado a ser comemorado.

Sabemos qual é esse passado, no caso do bicentenário: é 1802. Quais as forças históricas que atuavam nesse ano? Como elas se refrataram na personalidade de Hugo? Temos à nossa disposição, para responder a essas perguntas, um documento excepcional, o primeiro poema de *Feuilles d'automne*, que alude, justamente, a 1802: “Ce siècle avait deux ans”. É um dos poemas mais dolorosamente subjetivos de Hugo, e ao mesmo tempo aquele em que transparece mais claramente a interpenetração do destino individual e da história externa.

Em sua dimensão subjetiva, 1802 foi o ano de nascimento do poeta. Nesse ano, nascia em Besançon o filho do General Hugo, uma criança doentia, com poucas chances de sobrevivência, salvo da morte pela dedicação materna, graças à qual ele fora “duas vezes o filho de sua mãe”. Esse menino cresceu, sofreu muito, meditou muito, e se escrevia romances irônicos e punha em cena personagens diversos, era porque tudo no mundo fazia reluzir e vibrar sua alma de cristal, aberta a todas as vozes, “eco sonoro” no centro de todas as coisas.

Mas 1802 foi também o ano em que o destino do mundo estava sendo determinado por colossais forças históricas. Quais foram elas? Quando o século tinha dois anos, diz Hugo, “Roma substituía Esparta / Já Napoleão despontava sob Bonaparte, / E em muitos lugares a frente do Imperador / Quebrava a máscara estreita do Primeiro-Cônsul”. Com isso, Hugo identifica duas dessas forças: a austeridade jacobina de Esparta e a glória militar de Roma, ou seja, em linguagem menos metafórica, a República e o Império. No final do poema, aparece uma terceira força: a Vendéia, isto é, a tradição, o torrão natal, que em nome do antigo regime se opõe às duas vertentes da modernidade política, a republicana e a imperial. As três forças históricas se refratam nas escolhas adultas de Hugo. Muito freudianamente, ele nos diz que suas posições políticas foram moldadas por duas influências familiares, a paterna, representando o Império, e a materna, representando a tradição, e que ele evoluiu por escolha consciente, independentemente de protótipos familiares, em direção à

terceira constelação histórica remanescente, a liberdade republicana. Tudo isso está contido nos últimos seis versos:

Após ter cantado, escuto e contemplo,
Ao Imperador caído erguendo um templo na sombra,
Amando a liberdade por seus frutos, por suas flores,
O trono por seu direito, o rei por seus infortúnios,
Fiel enfim ao sangue que injetaram em minhas veias
Meu pai, velho soldado, e minha mãe, vendean!

Em suma, ao evocar 1802, Hugo se percebe como produto de influências familiares, por sua vez engendradas por determinadas forças históricas, e nomeia claramente essas forças: o Império, a Tradição e a República.

Hoje é o século XXI que tem dois anos: “*ce siècle a deux ans*”. Supondo que neste momento esteja nascendo um novo Victor Hugo, como descreveria ele, quando se tornasse adulto, o ano de 2002? Estranhamente, tenho a impressão de que, apesar das mudanças ocorridas nos últimos duzentos anos, ele reencontraria em nossa época as mesmas três forças que seu poema tinha identificado em 1802: o Império, a Tradição e a República. Em 1802, o império era Napoleão, e hoje é Bush; a tradição era La Rochejaquelein, general da Vendéia feudal, e hoje é Le Pen, líder da Frente Nacional; a república era Mirabeau ou Robespierre, e hoje seriam os partidários de uma democracia mundial.

Se é assim, podemos encontrar em Victor Hugo todos os elementos para uma reflexão contemporânea. Primeiro, com o fim da Guerra Fria, o mundo vive hoje sob o jugo de uma nova realidade imperial. Para alguns, esse império é impessoal, anônimo, inevitável como uma força da natureza, e seu nome é globalização. Para outros, o império tem um rosto e uma bandeira: é o império americano. É possível que Hugo, acostumado com impérios que nada tinham de abstratos, achasse mais plausível essa segunda versão, e é sobre ela que vamos nos demorar. Sem dúvida, há diferenças de estilo e de QI entre o Imperador dos Franceses e o Presidente dos Estados Unidos, mas nos dois casos a arrogância de

César é a mesma. Como Napoleão, Bush quer impor sua lei ao mundo por uma autoridade usurpada: foi o próprio Bonaparte que pôs a coroa em sua cabeça, e foi o próprio Bush que se outorgou a estrela de xerife. Nos dois casos, o unilateralismo é a regra, e nos dois casos o poder militar é o argumento supremo.

Sabemos que numa certa fase de sua vida Hugo votou a Napoleão um culto irracional, manifestado em odes como “A la colonne de la Place Vendôme” (1827) ou “A la colonne” (1830). Mas sabemos também que desde o discurso de recepção na Academia Francesa, em 1841, Hugo temperava seu entusiasmo pela glória napoleônica com a condenação de sua política de guerra permanente: “Quando a guerra tende a dominar, quando ela se torna o estado normal de uma nação, quando ela passa ao estado crônico, quando há, por exemplo, 13 grandes guerras em 14 anos, por magníficos que sejam os resultados ulteriores, chega um momento em que a humanidade sofre... O sabre torna-se o único instrumento da sociedade; a força forja-se um direito próprio.” Mais tarde Hugo se torna virulentamente antimonarquista, e na *Légende des siècles* condena todos os reis, presentes e passados, sem abrir nenhuma exceção a favor de Napoleão. Fica evidente, nessa fase, que para Hugo o império é a negação dos princípios de liberdade individual estabelecidos pela Revolução Francesa e do direito de autodeterminação dos povos que a consciência civilizada do universo estava impondo no século XIX. O último poema de *Feuilles d'automne* é um grande hino de cólera contra todas as prepotências imperiais:

Odeio a opressão com um ódio profundo;
Por isso, quando ouço, em qualquer canto do mundo,
Sob um céu inclemente, sob um rei assassino,
Um povo que degolam debater-se e gritar;
Quando pelos reis cristãos entregue aos carrascos turcos
A Grécia, nossa mãe, agoniza trespassada pela espada...
Quando Lisboa, outrora bela e festiva
Pende enforcada, com os pés de Miguel na cabeça...
Quando um cossaco horrível, possesso de raiva

Estupra Varsóvia, descabelada e morta...
Então, oh, eu maldigo em sua corte, em seu antro,
Esses reis cujos cavalos têm sangue até o ventre!
Sinto que o poeta é seu juiz! Sinto
Que a musa indignada, com seus punhos possantes,
Pode, como num pelourinho, amarrá-los em seu trono
E fazer-lhes um jugo com sua covarde coroa...
Marcados na testa com um verso que o futuro lerá.

Segundo, a ação avassaladora do império, quer ele assuma a forma da globalização, quer a do expansionismo americano, gera reações particularistas, defensivas, que se traduzem na reativação de especificidades locais, étnicas, culturais, religiosas. Reaparecem velhas patologias, que se julgavam há muito superadas, como o nacionalismo, o racismo e o fundamentalismo religioso. Algo de semelhante aconteceu na Vendéia, na época da Revolução Francesa. O furacão universalista que soprava de Paris, com sua tendência a dissolver os costumes seculares das velhas províncias francesas, sua religiosidade, suas fronteiras geográficas tradicionais, suas línguas, seus pesos e medidas, estimulou reações locais das quais a insurreição da Vendéia foi a mais perigosa para a jovem República. Hoje como ontem, esses particularismos são problemáticos. Não se pode resistir a pressões globais por meios locais. Uma realidade imperial, cuja jurisdição transborda todas as fronteiras, só pode ser combatida por meios igualmente transnacionais. Reações meramente locais são ou irrealistas, quando vêm da esquerda, ou perigosas, quando vêm da direita. Esse segundo caso é exemplificado por movimentos que pretendem lutar contra a globalização pela reativação dos valores tradicionais, como ocorre com a Frente Nacional de Le Pen.

O que pensaria Victor Hugo a respeito? Sabemos que no início o jovem ultramarquista se identificava com a causa da Vendéia. Aos 17 anos, Hugo celebra numa ode dedicada a Chateaubriand os “mártires” que tinham dado seu sangue para lutar contra a república sacrílega instalada em Paris. Mas com

a evolução das suas idéias políticas, o tom de Hugo se modifica. Em 1874, ele publica *Quatre-vingt-treize*, que tem entre os personagens principais um nobre implacável, o Marquês de Lancenac, que mobiliza as simpatias feudais dos camponeses da Vendéia e os arrasta para crimes inomináveis em nome do trono e do altar. Em 1877, Hugo publica a segunda série da *Légende des siècles*, que contém um poema intitulado “Jean Chouan”. Hugo continua admirando o heroísmo dos vendeanos, mas condena sem ambigüidade a sua causa:

Camponeses! Camponeses! Não tínheis razão
Mas vossa recordação não apequena a França...
Irmãos, nós todos combatemos; nós queríamos
O futuro. Vós querieis o passado, negros leões;
O esforço que nós fazíamos para subir aos píncaros
Ai de mim, vós o fazíeis para voltar ao abismo...
Nós, para fechar o inferno, vós para reabrir o túmulo.

Não há dúvida: são elementos para uma reflexão ainda atual sobre os desca-
minhos do antiuniversalismo, quando ele assume a forma equivocada de uma
volta a particularismos tradicionais.

Terceiro, há outra maneira de combater o globalismo: é atacá-lo no próprio
terreno em que ele se manifesta, o terreno internacional. Temos que responder
aos riscos de nivelamento e subordinação implícitos no globalismo dando um
salto para frente, em vez de dar um salto para trás. Temos que caminhar, em
suma, em direção a uma democracia mundial, capaz de fazer-nos participantes
de todas as decisões que afetam os interesses do gênero humano, em vez de
continuarmos sendo destinatários passivos de políticas adotadas à nossa reve-
lia nos grandes centros de poder. É a grande idéia kantiana de uma república
cosmopolita, a única susceptível de assegurar uma paz perpétua. Assim como
no plano nacional a única alternativa aceitável ao império é a república, no pla-
no internacional a única alternativa possível ao império mundial é uma repú-
blica mundial.

De novo, o caminho foi mostrado por Victor Hugo. A evolução do jovem legitimista de 1820 em direção à república e à democracia é linear, sem nenhum retrocesso. E desde 1848, ele fala em república universal. Em conversa com Lamartine, logo depois da proclamação da República, o poeta das *Méditations poétiques*, chefe do governo provisório, diz que não é possível que um homem como Hugo não seja republicano. Hugo responde que mesmo duvidando da oportunidade da proclamação da república na França, considerava realmente essa forma de governo a mais digna de todas. E diz textualmente: “A república universal é a última palavra do progresso.” Dias depois, termina um discurso improvisado feito quando se plantava uma árvore da Liberdade na Place des Vosges, em frente à sua residência, com um grito veemente, muito aplaudido: “Viva a república universal!” Em 1867, o exilado de Guernesey entrevê o advento de uma grande nação: “Essa nação se chamará a Europa no século XX, e nos séculos seguintes, mais transfigurada ainda, será chamada a humanidade.”

É evidente que para ele essa república só poderá ser democrática. É o que fica óbvio quando ele confronta a república terrorista de 1793, que oprimia os cidadãos através de uma ditadura da virtude, com a república da qual ele se declarava partidário, fundada no respeito aos direitos humanos, e não na guilhotina. E seria uma república social, porque para ele mesmo que não fosse possível abolir o sofrimento humano, a abolição da pobreza era possível e necessária. No Congresso da Paz, em Lausanne, em 1867, Hugo foi mais longe: essa república não seria somente social, seria socialista. “Cidadãos, o socialismo afirma a vida, a república afirma o direito. Um eleva o indivíduo à dignidade de homem, o outro eleva o homem à dignidade de cidadão. Existe acordo mais profundo?”

Utopia? Ele pregou a unificação da Europa, vendo-a como um passo decisivo em direção à república universal, e isso na época era uma quimera. Hoje a Europa unida é uma realidade. É instrutivo saber como ele via, em 1855, os contornos dessa Europa:

O continente seria um só povo; as nacionalidades viveriam sua vida própria nessa vida comum; a Itália pertenceria à Itália, a Polônia pertenceria à Polônia, a Hungria pertenceria à Hungria, a França pertenceria à Europa, e a Europa pertenceria à humanidade. O grupo europeu sendo apenas uma nação, a Alemanha seria para a França, a França seria para a Itália o que hoje a Normandia é para a Picardia e a Picardia para a Lorena; não haveria mais guerra, e portanto não haveria mais exército...Uma moeda continental, única, tendo por ponto de apoio todo o capital europeu e por motor a atividade livre de 200 milhões de pessoas, substituiria e absorveria todas as absurdas variedades monetárias de hoje, efigies de príncipes, figuras da miséria.

Não, não é prudente ridicularizar as previsões de um autor que com 147 anos de antecedência anunciou o advento do Euro. Ele profetizou num extraordinário poema, “Le satyre” (O sátiro), a conquista definitiva da terra, dos mares e dos ares, e anteviu, no final da *Légende des siècles*, não só o triunfo da navegação aérea, como o advento das viagens interestelares: “*Et peut-être voici qu'enfin la traversée / Effrayante, d'un astre à l'autre, est commencée!*” (E eis talvez que enfim a travessia / Aterrorizadora, de um astro ao outro, começou!) Por que não seria ele igualmente exato em sua antevisão de uma república universal, democrática e social?

Mas suponhamos que as grandes premonições do nosso profeta sejam realmente irrealizáveis nas condições atuais. Nesse caso temos que fazer o que os psicanalistas fazem quando um paciente descarta uma interpretação verídica em nome da realidade: se isso acontece, é a realidade que é falsa, e não a interpretação. A realidade repressiva não pode ser usada como tribunal de última instância para refutar um pensamento libertador. Mesmo que Lyotard tenha razão quando decreta a extinção dos grandes ideais iluministas – as chamadas “grandes narrativas” – não é inútil invocá-los, porque sua rejeição pelo mundo moderno diz mais sobre esse mundo que muitos conceitos extraídos da atualidade mais viva. A relevância contemporânea de certas idéias pode estar em sua obsolescência, porque elas testemunham contra um presente que as transformou em anacronismos. Por esse critério, as guerras interétnicas e as agressões

imperialistas que envergonham o segundo aniversário do nosso século não têm o poder de invalidar os sonhos de fraternidade universal de Hugo. É nosso presente que deve ser marcado com ferro em brasa por não ter sabido transformar esses sonhos em realidades históricas.

Quando o século XIX tinha dois anos, o Brasil era uma sociedade escravocrata. O pensamento de Hugo foi usado por nossos abolicionistas para defender a extinção do regime servil. Agora que é nosso século que tem dois anos, que vemos em nosso país? A instituição monstruosa foi formalmente abolida, mas o que Nabuco chamava a “obra da escravidão” sobrevive em toda a sua infâmia: a pobreza abjeta em que vivem largas parcelas da população brasileira, composta em grande parte de descendentes dos antigos escravos. Não seria mal se fôssemos buscar no autor dos *Misérables* a inspiração para erradicar essa terrível seqüela da escravidão.

O *hélas* de Gide pesou durante cem anos sobre Hugo, como uma lápide funerária. Se não corrigirmos as injustiças que nos humilham diante do mundo, é bem possível que a lápide recaia sobre nós – sobre nosso povo, nossa terra, sobre o Brasil, *hélas*.